

4.Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no DOC (Diário Oficial da Cidade), a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – “SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

5.Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

6.Propomos arquivamento e encaminhamos ao núcleo FAC para providências.

Processo nº 6031.2019/0001684-8  
SQL 159.010.0003-9  
Interessado: ARCANGELO LUDOVICI  
Assunto: ESENÇÃO

**DESPACHO**

1.À vista dos elementos e informações constantes do processo, DEFERIR o pedido de isenção/desconto no IPTU do imóvel de SQL 159.010.0003-9, proporção de 50% tendo em vista a requerente recebe entre 3 e 4 salários mínimos de janeiro de 2019, para o exercício 2019. Base Legal: Lei 11.614/94, Decreto 52.884/11, Decreto municipal 58.420/2018;

2.Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016;

3.Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no DOC (Diário Oficial da Cidade), a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – “SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

4.Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

5.Propomos arquivamento e encaminhamos ao núcleo FAC para providências.

Processo nº 6051.2021/0000246-7  
SQL 078.012.0050-0  
Interessado: MARA TEREZINHA DE OLIVEIRA  
Assunto: ISENÇÃO

**DESPACHO**

1.À vista dos elementos e informações constantes do processo, INDEFERIR o pedido de isenção/desconto no IPTU do imóvel de SQL 078.012.0050-0, tendo em vista que o pedido é INTEMPESTIVO, conforme Art. 45, §3º do Decreto 52.884/11 – Regulamento do IPTU. Pedido para o exercício de 2019 protocolado em 2021.

2. Base Legal: Lei 11.614/94, Decreto 52.884/11, Decreto municipal 58.420/2018;

3.Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016;

4.Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no DOC (Diário Oficial da Cidade), a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – “SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

5.Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

6.Propomos arquivamento .

Processo nº 6060.2020/0001970-7  
SQL 032.135.0609-5  
Interessado: FERNANDO FERNANDES COSTA  
Assunto: ISENÇÃO

**DESPACHO**

1.À vista dos elementos e informações constantes do processo, INDEFERIR o pedido de isenção/desconto no IPTU do imóvel de SQL 032.135.0609-5, para o exercício 2020, uma vez a requerente possui rendimentos superiores de 5 salários mínimos e não atende aos requisitos estabelecidos nos artigos 1º e 2º da Lei 11.614/94 com as alterações da Lei 15.889/13Base Legal: Lei 11.614/94, Decreto 52.884/11, Decreto municipal 58.420/2018;

2.Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016;

3.Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no DOC (Diário Oficial da Cidade), a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – “SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

4.Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

5.Propomos arquivamento .

Processo nº 6060.2020/0002199-0  
SQL 102.078.0052-8  
Interessado: ANTONIO FERNANDO TAVARES DOS SANTOS  
Assunto: ISENÇÃO

**DESPACHO**

1.À vista dos elementos e informações constantes do processo, INDEFERIR o pedido de isenção/desconto no IPTU do imóvel de SQL 102.078.0052-8, para o exercício 2020, uma vez a requerente possui rendimentos superiores de 5 salários mínimos e não atende aos requisitos estabelecidos nos artigos 1º e 2º da Lei 11.614/94 com as alterações da Lei 15.889/13Base Legal: Lei 11.614/94, Decreto 52.884/11, Decreto municipal 58.420/2018;

2.Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016;

3.Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no DOC (Diário Oficial da Cidade), a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – “SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

4.Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

5.Propomos arquivamento .

Processo nº 6060.2020/0002350-0  
SQL 118.284.0047-4  
Interessado: APARECIDA DE FATIMA MORGAO FERNANDES  
Assunto: ISENÇÃO

**DESPACHO**

1.À vista dos elementos e informações constantes do processo, DEFERIR o pedido de isenção/desconto no IPTU do imóvel de SQL 118.284.0047-4 para o exercício 2020. Benefício será mantido para exercícios posteriores.

2.Base Legal: Lei 11.614/94, Decreto 52.884/11, Decreto municipal 58.420/2018;

3.Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016;

4.Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no DOC (Diário Oficial da Cidade), a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – “SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

5.Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

6.Propomos arquivamento e encaminhamos ao núcleo FAC para providências.

Processo nº 6017.2020/0050662-0  
SQL 054.196.0062-5  
Interessado: SUELI DE FATIMA PEREIRA  
Assunto: ISENÇÃO

**DESPACHO**

1.À vista dos elementos e informações constantes do processo, DEFERIR o pedido de isenção/desconto no IPTU do imóvel de SQL 054.196.0062-5 para o exercício 2020. Benefício será mantido para exercícios posteriores.

2. Base Legal: Lei 11.614/94, Decreto 52.884/11, Decreto municipal 58.420/2018;

3.Decisão exarada nos termos da delegação de competência estabelecida pelo art. 9º da Portaria SF nº 271 de 10 de outubro de 2016;

4.Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no DOC (Diário Oficial da Cidade), a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – “SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

5.Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto 54.464/13;

6.Propomos arquivamento e encaminhamos ao núcleo FAC para providências.

SUBDIVISÃO DE RESTITUIÇÕES E COMPENSAÇÕES - SUREC

DIVISÃO DE RESTITUIÇÕES, COMPENSAÇÕES E REGIMES ESPECIAIS				
ASSUNTO, PROCESSO, INTERESSADO, CCM/SQL, CPF/CNPJ, DECISÃO:				
RECURSO RESTITUIÇÃO IPTU				
6017.2020/0027899-6, NELSON JOSE LARA DE OLIVEIRA RIBEIRO, 015.041.0027-1:				
1. À vista dos elementos e informações constantes do presente processo, <b>NÃO CONHEÇO O RECURSO</b> , posto que <b>TEMPESTIVO</b> , mas <b>ILEGÍTIMO</b> .				
1.1 No mérito, <b>NEGO SEU PROVIMENTO</b> . O recorrente (NELSON JOSE LARA DE OLIVEIRA RIBEIRO - CPF: 420.184.638-53) não apresentou a cópia dos seus documentos pessoais (RG e CPF) no presente recurso. No PA SEI 6017.2019/0031444-3 quem o representou junto ao Município foi seu PROCURADOR (CARLOS ROBERTO MARQUES - CPF: 159.729.228-19). Não consta no presente recurso petição com assinatura do recorrente.				
2. Base legal: Lei Municipal 14.107/05, Código Tributário Nacional, arts. 165 e 166.				
3. A instância administrativa encontra-se definitivamente encerrada, nos termos do art. 27, inciso IV, da Lei Municipal 14.107/05. No entanto, o contribuinte poderá adentrar com um novo Processo Administrativo (desde que o prazo decadalcial ainda não tenha sido alcançado), contendo todos os documentos necessários a comprovação de sua situação fática, a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV (https://sav.prefeitura.sp.gov.br), conforme Instrução Normativa SF/SUREM 10, de 4 de dezembro de 2019, com redação dada pela Instrução Normativa SF/SUREM 4, de 22 de março de 2021.				
<b>RESTITUIÇÃO DE ITBI-IV</b>				
<b>6017.2021/0019171-0, CARLOS LEONARDO RODRIGUES BOAVENTURA, 301.066.0404-7:</b>				
1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, especialmente da manifestação de nº 047209919, <b>Deferido</b> . Restitua-se a CARLOS LEONARDO RODRIGUES BOAVENTURA, CPF 268.743.328-48 - a quantia de R\$ 69.112,50 (sessenta e nove mil, cento e doze reais e cinquenta centavos), referente à etiqueta nº 54.454.719-5, atualizada monetariamente nos termos da Lei 14.125 de 30/12/2005.				
2. Base Legal: Artigo 165 I do Código Tributário Nacional, Artigo 25 da lei 14.125 de 30/12/2005.				
<b>Restituição TFE</b>				
<b>6017.2021/0026351-6, Sonia Wakizaka , 3.026.143-0:</b>				
1. À vista das informações constantes do 6017.2021/0026351-6 que acolho e passa a integrar a presente Decisão, e considerando que o contribuinte teve retroagido o seu código de TFE, a partir do dia 01/02/2013, de 37958 para 39993 (endereço residencial não aberto ao público), <b>DETERMINO</b> a restituição da importância de R\$ 642,03 (seiscentos e quarenta e dois reais, e três centavos), referente ao pagamento das incidências abaixo descritas, código de TFE 37958, com as datas de pagamentos identificadas a seguir.				
COD. TRIB.	DATA DO PAGAMENTO	INCIDÊNCIA	VALORA	RESTITUIR
37958	29/07/2020	06/2018	R\$ 245,91	
37958	29/07/2020	06/2019	R\$ 222,92	
37958	16/07/2020	06/2020	R\$ 173,20	
TOTAL			R\$ 642,03	
2. O valor a ser restituído deverá ser corrigido nos termos do art. 25 da Lei Municipal 14.125/2005.				
<b>Pedido de correção do regime de tributação de NFS-e</b>				
<b>6017.2021/0028807-1, Nycholas Yudi Hirasaka 41429853883, 5.796.756-3, 28.598.139/0001-06:</b>				
1. A vista das informações constantes no presente expediente, <b>INDEFIRO LIMINARMENTE</b> o requerimento do impetrante, conforme manifestação consignada no 6017.2021/0028807-1, que acolho e passa a integrar a presente decisão.				
1.1 O causídico não apresentou a totalidade da documentação mínima obrigatória, restando prejudicada a apreciação do presente Processo. Nestes termos, o contribuinte deixou de apresentar os seguintes documentos:				
- Formulário Correção de Regime de Tributação de NFS-e, devidamente preenchido e assinado. O supracitado formulário encontra-se disponível no endereço eletrônico de internet https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/servicos/outrosservicos/index.php?p=2571;				
- No requerimento de Correção de Regime de Tributação de NFS-e, a assinatura do requerente, Sr. Nycholas Yudi Hirasaka, deverá ser idêntica a assinatura existente em seu RG, ou o requerimento deverá possuir firma reconhecida;				
- Cópia do Instrumento de Constituição (Declaração de Firma Individual) e, se for o caso, as suas alterações posteriores, regularmente registradas no órgão competente.				
2. Base normativa: Portaria SF/SUREM 48, de 03/08/18, e artigos 21 e 22 da Lei Municipal 14.107, de 12/12/2005.				
3. O contribuinte poderá adentrar com um novo Processo Administrativo (desde que o prazo decadalcial ainda não tenha sido alcançado), contendo todos os documentos necessários a comprovação de sua situação fática, a ser protocolado por meio do Portal 156 (https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal/tipos-servicos?tema=668).				
<b>6017.2021/0026999-9, Elisangela Quintino Guerra 27548807805, 5.326.961-6, 23.329.111/0001-41:</b>				
1. À vista das informações constantes no presente expediente, <b>INDEFIRO LIMINARMENTE</b> o requerimento do impetrante, conforme manifestação consignada no 6017.2021/0026999-9, que acolho e passa a integrar a presente decisão.				
1.1 O causídico não apresentou a totalidade da documentação mínima obrigatória, restando prejudicada a apreciação do presente Processo. Nestes termos, o contribuinte deixou de apresentar os seguintes documentos:				
- Formulário Correção de Regime de Tributação de NFS-e, devidamente preenchido e assinado. O supracitado formulário encontra-se disponível no endereço eletrônico de internet https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/servicos/outrosservicos/index.php?p=2571;				
- No requerimento de Correção de Regime de Tributação de NFS-e, a assinatura do requerente, Sra. Elisangela Quintino Guerra, deverá ser idêntica a assinatura existente em seu RG, ou o requerimento deverá possuir firma reconhecida;				

- Cópia do Instrumento de Constituição (Declaração de Firma Individual) e, se for o caso, as suas alterações posteriores, regularmente registradas no órgão competente;

- Cópia dos recolhimentos dos Programas Geradores de DAS do Microempreendedor Individual (PGMEI), incidências 02/2016 a 12/2020, e 03/2021 a 05/2021, visto que não logramos êxito em encontrá-los.

2. Base normativa: Portaria SF/SUREM 48, de 03/08/18, e artigos 21 e 22 da Lei Municipal 14.107, de 12/12/2005.

3. O contribuinte poderá adentrar com um novo Processo Administrativo (desde que o prazo decadalcial ainda não tenha sido alcançado), contendo todos os documentos necessários a comprovação de sua situação fática, a ser protocolado por meio do Portal 156 (https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal/tipos-servicos?tema=668).

**6017.2021/0026863-1, Paula Prado Kfourir 30469734892, 8.664.378/0001-09, 5.812.636-8**

1. À vista das informações constantes no presente expediente, **INDEFIRO LIMINARMENTE** o requerimento do impetrante, conforme manifestação consignada no 6017.2021/0026863-1, que acolho e passa a integrar a presente decisão.

1.1 O causídico não apresentou a totalidade da documentação mínima obrigatória, restando prejudicada a apreciação do presente Processo. Nestes termos, o contribuinte deixou de apresentar os seguintes documentos:

- Formulário Correção de Regime de Tributação de NFS-e, devidamente preenchido e assinado. O supracitado formulário encontra-se disponível no endereço eletrônico de internet https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/servicos/outrosservicos/index.php?p=2571;

- No requerimento de Correção de Regime de Tributação de NFS-e, a assinatura do requerente, Sra. Paula Prado Kfourir, deverá ser idêntica a assinatura existente em seu RG, ou o requerimento deverá possuir firma reconhecida;

- Cópia do Instrumento de Constituição (Declaração de Firma Individual) e, se for o caso, as suas alterações posteriores, regularmente registradas no órgão competente;

- Cópia dos recolhimentos dos Programas Geradores de DAS do Microempreendedor Individual (PGMEI), incidências 04/2021 e 05/2021, visto que não logramos êxito em encontrá-los.

2. Base normativa: Portaria SF/SUREM 48, de 03/08/18, e artigos 21 e 22 da Lei Municipal 14.107, de 12/12/2005.

3. O contribuinte poderá adentrar com um novo Processo Administrativo (desde que o prazo decadalcial ainda não tenha sido alcançado), contendo todos os documentos necessários a comprovação de sua situação fática, a ser protocolado por meio do Portal 156 (https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal/tipos-servicos?tema=668).

DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO E COBRANÇA - DEPAC

**DEPAC**

**DISCORDÂNCIA DO COMUNICADO CADIN Nº 139.687/2019**

6017.2019/0012365-6, Benedito José Moraes Dias – 12º Oficial de Registro de Imóveis – CCM 3.549.652-5 – Advogados Rubens Harumi Kamoi – OAB/SP 137.700 – CPF 875.879.638-04 e Jucelino Silveira Neto – OAB/SP 259.346 e CPF 987.731.435-53

DECISÃO:

1. Atendendo ao disposto nos autos e à vista do parecer consignado em documento nº 047705147, que passa a integrar esta decisão, INDEFIRO o pedido de suspensão dos apontamentos no CADIN dos autos de infração 006.697.072-5 e 006.701.885-5 uma vez que inexistiu qualquer causa suspensiva das exigibilidades das obrigações tributárias neles consignadas, dentre as elencadas no Art. 151 da Lei Federal no 5.172/66 (CTN).

2. Com relação aos demais autos de infração informados pelo Comunicado CADIN nº 139.687/2019, nada resta a ser providenciado, uma vez que os apontamentos correspondentes já foram excluídos ou suspensos do CADIN.

3. Da intimação caberá um único recurso à autoridade imediatamente superior, nos termos da legislação vigente.

4. Intime-se e devolva-se a DICOP para providências decorrentes dessa decisão.

**IMPUGNAÇÃO DO COMUNICADO CADIN Nº 2125255/2018 E 2696614/2018**

6017.2019/0000374-0, JOSE ANTONIO CURY, CPF 572.276.598-87 - SQL 185.132.0032-7.

DECISÃO:

1. Atendendo ao disposto nos autos e à vista do parecer consignado em documento nº 047703096, que passa a integrar esta decisão, INDEFIRO o pedido de suspensão no CADIN do registro do débito de IPTU, exercício de 2018 (NL 01), referente ao imóvel de SQL 185.132.0032-7, tendo em vista o despacho proferido no processo SEI nº 6017.2018/0036279-9 e a inexistência de causa suspensiva da exigibilidade dos créditos tributários dentre as elencadas no Art. 151 da Lei Federal no 5.172/66 (CTN).

2. Nada a providenciar com relação aos registros dos débitos de IPTU, exercícios de 2013 (NL 02), 2014 (NL02), 2015 (NL 01), 2016 (NL 01) e 2017 (NL 01), referente ao SQL 185.132.0032-7, tendo em vista que os registros se encontram suspensos do CADIN.

3. Da intimação caberá um único recurso à autoridade imediatamente superior, nos termos da legislação vigente.

4. Intime-se e devolva-se a DICOP para as medidas decorrentes desta decisão, depois de transcorrido o prazo recursal.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DA TRANSAÇÃO IMOBILIÁRIA - DITBI

**PROCESSO: 6017.2021/0027976-5**

ASSUNTO: Pedido de Retificação de Guia cumulado com Homologação de Recolhimento do ITBI-IV

INTERESSADO: Natanna Queiroz de Brito

SQL: 078.012.0165-5

**DESPACHO:**

Em face dos elementos constantes dos autos do referido processo administrativo e com base na informação da Auditora-Fiscal, DEFIRO o pedido de retificação de guia, a fim de fazer constar, nas Guias: nº 54.323.918-7 e nº 54.371.436-5, o SQL 078.012.0165-5, e não como constou, bem como HOMOLOGO os pagamentos realizados por meio das Guias: nº 54.323.918-7 e nº 54.371.436-5 (guia complementar), uma vez que satisfazem o crédito tributário devido na aquisição do imóvel cadastro no CIF com o SQL 078.012.0165-5, descrito na matrícula 137.390, do 16º Oficial de Registro de Imóveis, por Natanna Queiroz de Brito, CPF 354.241.278-35, mediante instrumento particular datado de 22/10/2020. Ressalto que a Guia nº 54.358.015-6 tornou-se inválida pelo não pagamento. Porém, o crédito tributário foi extinto pelos pagamentos realizados por meio da Guia nº 54.323.918-7 e da Guia Complementar nº 54.371.436-5, permitindo o registro da transação pelo cartório de registro de imóveis.

PROCESSO: 6017.2021/0029773-9

ASSUNTO: Pedido de retificação de guia de recolhimento do ITBI.

INTERESSADO: PEDRO HENRIQUE ALVES GUIMARÃES MARTINS

SQL: 108.130.0026-1

**DESPACHO:**

Em face dos elementos constantes dos autos do referido processo administrativo e com base na informação do Auditor-Fiscal, DEFIRO o pedido, para fazer constar que o SQL correto da DTI 54.497.071-3, paga em 11/06/2021 no valor de R\$ 7.997,40 é 108.130.0026-1, e não como constou.

PROCESSO: 6017.2021/0027336-8

ASSUNTO: Pedido de retificação de guia de recolhimento do ITBI-IV com emissão de guia de recolhimento complementar.

INTERESSADO: FERNANDO FERREIRA DE BARROS

SQL: 089.073.0512-9

**DESPACHO:**

Em face dos elementos constantes nos autos do referido processo administrativo e com base na informação do Auditor-Fiscal, DEFIRO o requerimento para retificar a guia de recolhimento – DAMSP nº 54484580-3, para nela constar como data de transação 06/05/2021 e não, como constou, 21/05/2021, e também para emitir a guia complementar de ITBI-IV cadastrada na municipalidade sob o nº 54520267-1.

Outrossim, cumpre informar que a confirmação do recolhimento efetuado por intermédio dessa última guia em adição ao já promovido pela guia inicialmente apresentada ocasionará a HOMOLOGAÇÃO do crédito tributário envolvido na transação sob apreciação.

PROCESSO: 6017.2021/0028036-4

ASSUNTO: Pedido de retificação de guia de recolhimento do ITBI-IV

INTERESSADO: RAUL SILVA JÚNIOR.

SQLS: 096.108.0153-6.

**DESPACHO:**

Em face dos elementos constantes nos autos do referido processo administrativo e com base na informação do Auditor-Fiscal, INDEFIRO o requerimento inicial para RETIFICAÇÃO de guia de recolhimento de ITBI-IV pelo fato do Requerente não haver fornecido cópia de documentação imprescindível para a apreciação de sua solicitação, em especial da certidão da matrícula do imóvel considerado como ‘incorreto’, indevidamente constante na Declaração de Transações Imobiliárias (DTI) em questão, bem como do instrumento translativo, firmado em 13/05/2010 conforme consta em R.08 da certidão referente à matrícula nº 107609 do 10º Cartório de Registro de Imóveis da Capital/SP.

PROCESSO: 6017.2021/0029764-0

Interessado: FELIPE REDIGOLO

**DESPACHO:**

Em face dos elementos constantes dos autos do referido processo administrativo e com base na informação do Auditor-Fiscal, INDEFIRO o pedido de retificação da guia DAMSP nº 53.798.872-6 porque os valores recolhidos através da guia não satisfazem o crédito tributário devido e também porque o comprador não apresentou cópia da Escritura retificada pelo 1º Tabelionato de Notas de Diadema, exigência feita pelo 4º CRI através de cópia da prenotação expedida.

**LICENCIAMENTO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**PORTARIA Nº 40/2021/SMUL.G**

Inclusão de logradouros públicos para implementação do Projeto Ruas SP, destinado a viabilizar o atendimento, por bares e restaurantes em espaços públicos, nos termos do Decreto nº 60.197, de 23 de abril de 2021.

CESAR AZEVEDO, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 60.038, de 31 de dezembro de 2020, bem como pelo Decreto no 60.061, de 03 de fevereiro de 2021; CONSIDERANDO a necessidade de possibilitar a ampliação de atendimento de bares e restaurantes em locais abertos, a fim de ofertar maior segurança aos consumidores em razão das restrições sanitárias decorrentes da pandemia de COVID-19; CONSIDERANDO afigurar-se essencial a adoção de medidas que visam conter a disseminação da pandemia, mas que também permitam o desenvolvimento da atividade econômica no Município de São Paulo de modo seguro a toda a população, observados os pertinentes requisitos sanitários; CONSIDERANDO a necessidade de serem implementadas as medidas práticas e operacionais que permitam a retomada gradual, bem como a manutenção das atividades econômicas conforme o respectivo enquadramento da nossa Cidade no Plano São Paulo;

CONSIDERANDO a edição do Decreto nº 60.197, de 23 de abril de 2021, que dispõe sobre o Projeto Ruas SP, destinado a viabilizar o atendimento, por bares e restaurantes em espaços públicos, na forma que especifica;

CONSIDERANDO a listagem inicial de ruas selecionadas para implementação do Projeto Ruas SP, conforme Portaria 25/2021/SMUL.G, Portaria 30/2021/SMUL.G, Portaria 33/2021/SMUL.G, Portaria 35/2021/SMUL.G, Portaria 37/2021/SMUL.G, Portaria 38/2021/SMUL.G e Portaria 39/2021/SMUL.G

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam autorizados, para implementação gradativa do Projeto Ruas SP, os seguintes logradouros públicos:

Avenida das Alterosas – Trecho da Praça Divinolândia até a Praça São Domingos do Prata;

Rua Dr. Melo Alves – Trecho da Rua Estados Unidos até a Alameda Lorena;

Rua Gaivotas – Trecho da Avenida Macuco até a Avenida Jacutinga;

Rua Minas Gerais – Toda sua extensão - somente lado ímpar;

Rua Júlio de Castilho – Trecho da Rua Dr. Clementino até a Avenida Álvaro Ramos;

Rua das Rosas – Trecho da Avenida Jabaquara até a Rua dos Heliotrópios;

Rua Peixoto Gomide – Trecho da Rua José Maria Lisboa até a Rua Barão de Capanema.

Parágrafo único - A seleção das vias propostas no caput deste artigo foi realizada de acordo com os parâmetros e critérios técnicos estabelecido por meio do Decreto 60.197, de 23 de abril de 2021, bem como Portaria nº 24/2021/SMUL.G.

Art. 2º - A autorização para inclusão de vias aptas a receber o Projeto Ruas SP se dará de forma progressiva, conforme previsão do §1º, do art. 1º e art. 5º, ambos do Decreto 60.197, de 23 de abril de 2021.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CESAR AZEVEDO

Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento

SMUL

**SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2021-2-126**

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405 - 18 ANDAR

PROCESSOS DA UNIDADE SMUL/RESID/DRU

2019-0.005.177-6 FERNANDA CASTILHO

**INDEFERIDO**

O SISTEMA ELETRONICO DE LICENCIAMENTO DE CONSTRUCAO CANCELA O DESPACHO DE INDEFERIMENTO DO PROCESSO ACIMA, PUBLICADO INDEVIDAMENTE EM 11/03/2021 DEVIDO A FALHA NO FLUXO DO SISTEMA.

2020-0.003.745-0 ANA MARIA GARCIA DE SOUZA

**DEFERIDO**

DEFERIDO PEDIDO DE ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO PARA RESIDENCIA UNIFAMILIAR NOS TERMOS DAS LEIS 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17 E DECRETO 57.766/17.

2020-0.006.737-5 ALAN NETO NASCIMENTO